

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011. (Do Senhor Aureo)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, informações e cópia dos documentos relativos a todos os procedimentos licitatórios realizados desde 2009 pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).

Senhor Presidente,

Com fundamento nos artigos 70 e 71, da Constituição da República, 60 e 116, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro ouvido o Plenário desta Comissão, a aprovação de Requerimento de Informação dirigido ao **Excelentíssimo Senhor Ministro Nelson Azevedo Jobim**, informações e cópias de documentos relativos aos procedimentos licitatórios realizados desde 2009 pelo Instituto Militar de Engenharia – IME, com o objetivo de acompanhar a correta aplicação dos recursos orçamentários.

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente, a procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro denunciou 15 pessoas, sendo seis militares e nove civis, por desvio de recursos públicos em licitações realizadas pelo Instituto Militar de Engenharia (IME). O Prejuízo aos cofres públicos ultrapassa os R\$ 11 milhões. Conforme relata o Jornal Correio Braziliense , as fraudes começaram em 2004 e o esquema funcionava inicialmente dentro da instituição de ensino. As investigações mostram, no entanto, que o grupo estendeu as ações, chegando até mesmo a incluir obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A denúncia é referente a apenas uma parte dos crimes.

Durante as apurações, o Ministério Público Militar analisou 74 procedimentos licitatórios e 14 convênios ligados ao IME. Todos foram considerados ilícitos e com a única intenção de desviar recursos públicos. Oito empresas participavam das concorrências públicas e ganhavam todas as licitações. A Procuradoria Militar afirma que seis dessas companhias foram criadas em 2004, pouco tempo antes das licitações.

Dois empresários são antigos conhecidos do major Washington Luiz de Paula, denunciado pela procuradoria, pois forneciam bens e serviços ao IME quando ele era chefe do Setor de Materiais. O militar é concunhado de um dos empresários denunciados. O coordenador-geral dos convênios, coronel Dias, também foi apontado como integrante do esquema.

Além de outras irregularidades, foi constatado que as licitações não continham estimativas de preços, itens obrigatórios pela Lei de Licitações e também pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Nos depoimentos colhidos, militares e civis tentaram justificar as ações alegando terem agido dentro da

legislação em vigor. “Se seguissem o que recomenda a legislação pertinente, teriam evitado o desvio de recursos públicos em proveito próprio e alheio. No entanto, como verificou-se nos autos, aceitaram integrar o grupo criminoso articulado pelos dois primeiros denunciados”, destaca o Ministério Público Militar (MPM). O uso da modalidade convite nas licitações permitiu aos denunciados burlar o controle e direcionar os processos.

A análise da composição societária das empresas revela a participação de parentes e amigos dos militares e dos empresários. Durante a atuação do grupo, foram emitidas 253 declarações ideologicamente falsas, atestando serviços que não foram feitos.

Assim, precisamos averiguar os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas aos cofres públicos.

Nesse contexto, requeiro que seja adotada providência necessária por esta douta Comissão, a fim de acompanharmos todo o andamento dos referidos contratos e verificarmos a procedência de tais denúncias.

Dessa forma, peço, portanto, o apoio dos nobres Pares para aprovação deste requerimento.

Salas das Sessões, dia 08 de julho de 2011

Aureo

Deputado Federal